



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PARECER Nº 33/2023/CE/GM

PROCESSO Nº 00190.100855/2017-04

INTERESSADO: [REDACTED]

AUTORIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PRIVADA - escrever em Blog do Jornal O Estado de São Paulo sobre Ouvidoria Pública - em cooperação com pesquisadores do Observatório de Finanças Públicas do qual faz parte (atividade colaborativa, sem vínculo empregatício ou remuneração).

Prezados(as) Membros da Comissão de Ética,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de Consulta sobre a existência de potencial conflito de interesses no exercício de atividade privada de escrever em Blog do Jornal O Estado de São Paulo sobre Ouvidoria Pública, em cooperação com pesquisadores do Observatório de Finanças Públicas do qual faz parte (atividade colaborativa, sem vínculo empregatício ou remuneração), protocolado em 30/05/2023, no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses - SeCI, sob o nº 00096.016332/2023-99, pelo ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO do antigo Ministério da Economia [REDACTED], atualmente lotado no NAOP da CGU-Regional/[REDACTED].

2. Na solicitação apresentada na forma do art. 2º, inciso II, da Portaria Interministerial nº 333/2013, o requerente indicou as seguintes respostas no formulário disponibilizado:

Protocolo: 00096.016332/2023-99

Tipo Solicitação: Consulta

1 - Sua dúvida tem relação com qual (quais) das situações que podem configurar conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, descritas no art. 5º da Lei nº 12.813/2013:

NÃO SEI IDENTIFICAR.

2- Descreva a atividade que você pretende exercer fora da administração pública ou a situação que suscita sua dúvida:

Prezados boa noite, gostaria de solicitar autorização para escrever em Blog do Jornal Estadão sobre Ouvidoria Pública. A atividade não é remunerada e não seria em nome da CGU. Também não advogaria contra a União. O artigo seria escrito em cooperação com pesquisadores do Observatório de Finanças Públicas ao qual eu também faço parte (atividade colaborativa, sem vínculo empregatício ou remuneração).

3 - Você estaria vinculado a outra pessoa, empresa, associação ou organização durante o exercício dessa atividade ou enquanto perdurar essa situação? Se sim, indique o CPF ou CNPJ da pessoa, o tipo de vínculo e demais informações sobre essa pessoa que considera importantes.

Não.

4 - Essa pessoa física ou jurídica mantém algum vínculo com o órgão ou entidade em que você trabalha? Se sim, descreva-o.

Não.

5 - Quais são as atribuições de seu cargo ou emprego público?

Desempenho atividades no Naop/[REDACTED] executando programas relacionados aos temas de educação cidadã, transparência pública, integridade e ouvidoria.

6 - Quais atividades você exerce efetivamente em sua atual lotação?

Participo do acompanhamento do Time Brasil na [REDACTED], realizo avaliações EBT, atuo no Profort, elaboro e executo apresentações para membros da sociedade civil, conselhos sociais, ouvidores dentre outros.

7 - Você lida ou tem acesso a informações sigilosas ou privilegiadas no exercício de seu cargo ou emprego público? Se sim, descreva-as.

Não.

8 - No desempenho de sua função pública você exerce poder decisório (de forma individual ou enquanto membro de colegiado) capaz de interferir (positiva ou negativamente) nos interesses de pessoa física ou jurídica com quem pretende se relacionar em âmbito privado? Se sim, descreva essa possível interferência.

Não.

9 - Descreva como a situação que suscita sua dúvida ou a atividade que você pretende exercer poderia gerar um conflito entre seus interesses privados e o exercício de sua função pública.

O conhecimento que adquiri sobre os temas objetos dos artigos a serem escritos foram frutos do trabalho exercido na CGU. São temas aos quais o órgão possui competência legal para tratar e desenvolver a nível nacional. Como servidor posso o dever de verificar se posso me expressar sobre os mesmos temas de forma não oficial e em canais de comunicação de grande circulação.

10 - A partir das informações prestadas, você gostaria de receber:

Autorização.

3. O requerente declarou que **está em exercício fora** do órgão de origem, que **não ocupa cargo em comissão**, que **não lida ou não tem acesso** a informações sigilosas ou privilegiadas em razão do cargo que ocupa e **que não exerce algum poder decisório** capaz de interferir nos interesses de pessoa física ou jurídica com quem pretende se relacionar.

4. Os elementos apresentados oferecem uma descrição suficiente para a emissão de opinião quanto ao potencial conflito de interesse envolvendo o caso em tela, atendendo aos requisitos de admissibilidade contidos no art. 3º da Portaria Interministerial nº 333/2013, quais sejam: *(i) a identificação do interessado, (ii) referência a objeto determinado e diretamente vinculado ao interessado; e (iii) a descrição contextualizada dos elementos que suscitam a dúvida.*

II. FUNDAMENTAÇÃO

5. O caso concreto envolve consulta sobre a existência de potencial conflito de interesses, mais especificamente, com relação a escrever em Blog do Jornal O Estado de São Paulo sobre Ouvidoria Pública - em cooperação com pesquisadores do Observatório de Finanças Públicas do qual faz parte (atividade colaborativa, sem vínculo empregatício ou remuneração). Conforme declaração do servidor preliminarmente exposta, registra-se como aplicáveis a todos os servidores da CGU, dentre outras, as disposições da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, no que diz respeito à vedação de atuação em casos de conflito de interesses, da Orientação Normativa CGU nº 02, de 9 de setembro de 2014, em relação à atividade de magistério, bem como à vedação da utilização de informação privilegiada em qualquer atuação; e os termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os quais tratam do dever dos servidores de guardar sigilo sobre *assunto da repartição* (art. 116) e da proibição de *revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo* (art. 132, inciso IX).

6. Apresentados os elementos fáticos referentes ao caso, cumpre-nos efetuar a análise a respeito da existência ou não de conflito de interesses relevante. Nesse sentido, cabe salientar que a análise e manifestação restringem-se a esse escopo.

7. A Lei nº 12.813, de 2013, em seu art. 3º, afirma que conflito de interesses ocorre quando os interesses particulares do agente público possam comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

Art. 3º—Para os fins desta Lei, considera-se:

I - conflito de interesses: a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública; e

II - informação privilegiada: a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo federal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público. (grifo nosso)

8. Em seu artigo 4º, a referida Lei impõe aos servidores o dever de agir de modo a prevenir ou impedir possível conflito de interesses no desempenho da função pública, sendo que o conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público.

Art. 4º O ocupante de cargo ou emprego no Poder Executivo federal deve agir de modo a prevenir ou a impedir possível conflito de interesses e a resguardar informação privilegiada.

§ 1º No caso de dúvida sobre como prevenir ou impedir situações que configurem conflito de interesses, o agente público deverá consultar a Comissão de Ética Pública, criada no âmbito do Poder Executivo federal, ou a Controladoria-Geral da União, conforme o disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei.

§ 2º A ocorrência de conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro. (nossa grifo)

9. Avançando, em seu artigo 5º, a Lei estabelece as situações que configuram conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

Art. 5º Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;

II - exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

IV - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;

VI - receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

VII - prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

Parágrafo único. As situações que configuram conflito de interesses estabelecidas neste artigo aplicam-se aos ocupantes dos cargos ou empregos mencionados no art. 2º ainda que em gozo de licença ou em período de afastamento. (nossa grifo)

10. A lei 12.813/2013 tem de dar o caso mais geral, cabendo aos analistas, no nosso caso particular a Comissão de Ética da CGU, a interpretação e decisão que concerne ao caso concreto. O servidor deve observar especialmente o risco de imagem da CGU no caso de que seu artigo ocasionie um dano à imagem do órgão.

11. Cabe lembrar que todos os servidores em serviço na CGU devem observar o código de conduta profissional dos servidores, a Portaria 2245 , de 23 de novembro de 2009. No caso específico desta atividade, observar especialmente:

CONDUTAS ESPECÍFICAS

I - abster-se de emitir opiniões ou adotar práticas que demonstrem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, credo e quaisquer outras formas de discriminação ou que possam perturbar o ambiente de trabalho ou causar constrangimento aos demais servidores, inclusive aquelas relacionadas a valores religiosos, culturais ou políticos. [...]

DAS VEDAÇÕES

Art. 4º E vedado ao servidor da Controladoria-Geral da União:

III - manifestar para público externo divergências de opinião de cunho técnico que denotem desacordo entre servidores em exercício na Controladoria-Geral da União, quando no desempenho de suas atribuições funcionais;

IV - divulgar informações relativas aos trabalhos desenvolvidos ou a serem realizados pela Controladoria-Geral da União ou repassá-las a imprensa sem a prévia autorização da autoridade competente;

12. Verifica-se que a atividade, com as cautelas previamente descritas, é permitida, desde que respeitadas as normas atinentes à compatibilidade de horários, à acumulação de cargo e à legislação específica aplicável ao regime jurídico e à carreira do agente.

13. Registre-se, por fim, que o presente parecer se dá em sede de análise preliminar, a partir das informações prestadas pelo requerente, tendo em vista a função consultiva e preventiva da Comissão de Ética da CGU. Isso porque situações divergentes das informadas e que possam caracterizar infrações à Lei nº 12.813/2.013, com seus respectivos fatos probatórios, estão sujeitas à devida apuração disciplinar pela área competente.

III. CONCLUSÃO

14. Diante do exposto, com fulcro no inciso IV do artigo 8º da Lei nº 12.813, de 2013, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/CGU nº 333/2013, em especial no §3º do artigo 6º, combinado com o disposto na Portaria CGU nº 2.120/2013, e conforme a Portaria nº 651/2016, não se vislumbra, no momento e conforme as informações apresentadas pelo servidor, conflito de interesses relevante no desempenho da atividade de magistério requerida, respeitados os termos da declaração apresentada e demais cautelas constantes do presente parecer.

15. Dessa forma, entende-se que o servidor [REDACTED], em exercício na Controladoria Regional da CGU no Estado da [REDACTED], poderá realizar a atividade pretendida, nos termos solicitados, desde que observadas as situações anteriormente descritas e os itens a seguir:

a) a prestação de serviço pretendida não configure, em qualquer hipótese, consultorias ou orientações específicas à qualquer cliente da empresa particular e que não possa ser considerado como de consultoria, especialmente considerando as competências da CGU relacionadas ao assunto;

b) adote uma postura transparente em relação a seus interesses privados que possam interferir no desempenho de sua função pública e revele à sua chefia imediata e demais superiores hierárquicos, periodicamente, a natureza do serviço prestado à empresa, e que de forma alguma possa ser configurado como auditoria;

c) não divulgue informações privilegiadas, bem como outras informações de acesso restrito, ainda que a título exemplificativo para fins didáticos;

d) abstenha-se de representar interesses de particular junto à CGU;

e) não se identifique como servidor da CGU, nem use quaisquer símbolos que possam identificá-lo como servidor em exercício na CGU;

e) observe os termos desde pedido de autorização, bem como os registros dos itens da fundamentação aplicada no caso.

16. Haja vista o interesse desta Comissão de Ética em prover aos servidores a melhor orientação, sugere-se que ao registro da decisão no SeCI seja anexado o presente Parecer.

17. É o parecer.

18. À Comissão de Ética para apreciação e deliberação.

CLEOMAR VIANNA BATISTA
Membro Titular, Relator

EXTRATO DE DELIBERAÇÃO

Certifico que a Comissão de Ética deliberou sobre o processo acima e aprovou, por unanimidade, o Parecer 33/2023/CE em reunião não presencial pelo aplicativo TEAMS. Tal decisão, cujo resumo a seguir será publicado na página da Comissão na IntraCGU, foi pela possibilidade condicionada do exercício da atividade privada pretendida, nos termos do § 4º do art. 6º da Portaria MP/CGU nº 333/2013.

Trata-se de processo instaurado por servidor(a) com Pedido de Autorização para o exercício de atividade de escrever em Blog do Jornal O Estado de São Paulo sobre Ouvidoria Pública - em cooperação com pesquisadores do Observatório de Finanças Públicas do qual faz parte (atividade colaborativa, sem vínculo empregatício ou remuneração) . Em princípio, o relator entendeu que os elementos apresentados pelo(a) servidor(a) oferecem uma descrição suficiente para a emissão de opinião quanto a potencial conflito de interesse, conforme requisitos do art. 3º da Portaria Interministerial MP/CGU n. 333/2013. Concluiu-se que a atuação pretendida não tem o potencial de comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública, desde que seja somente para instituições privadas ou cidadãos. O relator expôs em seguida algumas cautelas que devem ser observadas pelo(a) servidor(a), como as advindas da Lei nº 12.813/2013 e da Lei nº 8.112/1990. O relator propôs a manifestação pela inexistência de potencial conflito de interesses relevante, com a observância das cautelas descritas. A Comissão decidiu por unanimidade acatar o parecer do relator.

CÉSAR FONSECA RAMALHO
Secretário-Executivo da Comissão de Ética



Documento assinado eletronicamente por **CLEOMAR VIANNA BATISTA, Membro Titular**, em 22/06/2023, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR FONSECA RAMALHO, Secretário-Executivo da Comissão de Ética**, em 22/06/2023, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 2844012 e o código CRC C1518456

